

IMAGINE BRASIL

Prosperidade sustentável e inclusiva

Novembro 2024

Aldemir Drummond
Bruno Carazza
Carlos Alberto Primo Braga
Humberto Falcão Martins
Paulo Paiva
Ricardo Henriques
Virgílio Viana
Viviane Barreto

Fale com a gente: imaginebrasil@fdc.org.br

“O futuro não é o que irá acontecer conosco, mas o que nós faremos.” (Henri Bergson)

1. APRESENTAÇÃO

Imagine Brasil é uma iniciativa da Fundação Dom Cabral (FDC) que busca contribuir diretamente para a prosperidade sustentável e inclusiva do país, e promover a integração das lideranças de mercado, da sociedade civil e do setor público, para este fim.

Para atingir seus objetivos, a iniciativa adota as seguintes escolhas:

- a) reconhecer e dar primazia à capacidade humana de escolha e de agência na definição e nas ações sobre as prioridades para o desenvolvimento;
- b) buscar uma abordagem transversal, que trate com a mesma relevância as diversas dimensões da prosperidade – econômica, social e ambiental – e que considere a nossa diversidade social e ambiental como potenciais alavancas para o crescimento econômico;
- c) utilizar uma abordagem contemporânea, que requer maior participação do conjunto da sociedade, sobre o campo de proposição e execução de políticas, envolvendo governo, mercado e sociedade civil;
- d) buscar inspirar e mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade brasileira, criando uma comunidade de líderes comprometidos, para desenvolver e influenciar na implementação de propostas para a prosperidade sustentável e inclusiva do Brasil.

Esta quarta escolha se justifica pela intenção de que o Imagine Brasil funcione como um *think action tank*, isto é, um espaço de reflexão, de discussão, de proposição e de estímulo à implementação de propostas construídas ou apoiadas por nós. Nesse sentido, o sucesso da iniciativa vai além da qualidade das discussões e das propostas, traduzindo-se também na sua capacidade de influenciar na implementação. Acreditamos que isto somente é possível se contarmos com uma potente comunidade de lideranças de diversos segmentos da sociedade brasileira, comprometida com o processo de construção e com seus resultados.

A Imagine Brasil valoriza a diversidade desta comunidade e estabeleceu três princípios para convidar os seus membros:

1. Respeito à democracia representativa e à independência de poderes.
2. Defesa da inclusão e mobilidade social como necessidade fundamental para a dignidade da população brasileira.
3. Necessidade de preservação/regeneração ambiental compatibilizada com um crescimento econômico sustentável.

Este documento tem por objetivos expor a nossa abordagem para a prosperidade sustentável e inclusiva do Brasil, bem como as nossas escolhas estratégicas em cada área de atuação da iniciativa.

Partimos de algumas constatações. A primeira é que o Brasil apresenta baixos níveis de crescimento econômico, encontrando-se preso, há mais de cinco décadas, na armadilha da renda média. 1 Para atingir uma renda per capita de pelo menos US\$14.006,00 (o limiar para a classificação de economias de alta-renda) uma trajetória de crescimento bem superior à observada nos últimos anos (1,35% por ano no período 2016-23) teria de ocorrer.² A produtividade do trabalho teria de aumentar significativamente para sustentar tal trajetória. A transição da renda média para a alta não é tarefa simples. De forma resumida, para que ela ocorra um país precisa sofisticar a sua estrutura econômica, produzindo serviços e produtos com crescente valor agregado e que sejam capazes de competir no mercado internacional. Essa foi a trajetória percorrida pelos países que fizeram a transição nos últimos trinta e cinco anos, mas, infelizmente, não foi a trajetória do Brasil.

A segunda constatação é que o país não tem conseguido reduzir seus níveis históricos de desigualdade de renda, mantendo cerca de 25% a 30% da sua população, cerca de sessenta milhões de pessoas, abaixo do que é considerado como a linha de pobreza para um país de renda média (US\$5,50 por dia por pessoa)³. Além de uma questão moral – a convivência com uma quantidade tão expressiva de pessoas muito pobres, em um país de renda média-alta e com muitos recursos –, representa um imenso desperdício de capital humano, em um estágio da história da economia global onde o conhecimento é a fonte fundamental para a geração de riqueza.

A terceira é que boa parte das instituições econômicas e políticas brasileiras foram construídas e permanece atuando de uma maneira que pode ser classificada como extrativista, isto é, que extraem recursos de alguns segmentos da sociedade para beneficiar outros segmentos⁴. Como alguns exemplos dessa característica podemos citar um sistema tributário regressivo, os baixos retornos dos investimentos em educação quando comparados com países que fazem investimentos per capita semelhantes, o alto percentual do PIB do país dedicado a custear o poder judiciário e as proteções tarifárias para inúmeros setores da economia para competirem no mercado interno.

A combinação desses três fatos resulta na incapacidade do país gerar bem-estar para uma considerável parte da população. Como brasileiros, parece-nos razoável aspirar que o Brasil consiga participar do grupo de países de alta renda no mundo, dado as dimensões da economia, da população, do território brasileiro e seus recursos naturais, bem como aspirar que o país tenha um nível de bem-estar comparável à média dos países da OCDE⁵.

Uma quarta constatação é que as mudanças climáticas trazem ameaças significativas para o planeta, para as pessoas e para os sistemas produtivos. Parece claro que temos que modificar nossas maneiras de produzir e de consumir, assim como parece claro que estamos atrasados nesse processo. Quanto maior o atraso, mais as ameaças se concretizam, aumentando a importância e o custo das agendas

¹ World Bank. 2024. World Development Report 2024: The Middle-Income Trap. Washington, DC: World Bank.

² Em 2023, a renda per capita brasileira era de cerca US\$10.043 (segundo o Banco Mundial),

³ Neri, M. 2022. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro, FGV Social.

⁴ Como referência, ver Acemoglu, Daron & Robinson, James A. 2012. Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty. New York, Crown Publishers.

⁵ Como referência, ver o relatório How's life? 2020 Measuring well-being, publicado pela OCDE e acessível em <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life/volume-/issue-9870c393-en>

de adaptação e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e impondo a necessidade uma aceleração nos processos de descarbonização das cadeias produtivas.

A quinta constatação é que o Brasil possui vantagens comparativas em relação à maioria dos países no tocante aos desafios de descarbonização. Os recursos naturais (água, minerais críticos para a transição energética, biodiversidade e florestas) e os resultados de investimentos já realizados (energia hidráulica, biocombustíveis, setor agrícola altamente produtivo), permitem a adoção de processos produtivos com baixas emissões de carbono. Além disso, a recuperação de áreas degradadas permite a regeneração de nascentes e a captura de carbono por meio de novas florestas. Tudo isto facilita a atração de investimentos estrangeiros, particularmente em setores intensivos em energia e no uso da água, e com objetivos globais de descarbonização.

A partir dessas constatações, identificamos o momento atual como uma janela de oportunidade para escolhas e ações na direção de uma prosperidade sustentável e inclusiva do país, ou seja, **o aumento significativo do bem-estar da população brasileira, a partir de um crescimento econômico que intencionalmente colabore no enfrentamento às mudanças climáticas e implique na sofisticação da estrutura econômica do país, demandando investimentos em infusão e inovação tecnológica, bem como uma crescente qualificação do capital humano.**

Na próxima seção apresentaremos o momento atual de transição na ordem político-institucional em boa parte dos países do mundo ocidental e os desafios e as oportunidades que essa transição apresenta. Na seção seguinte apresentaremos as mudanças, desafios e oportunidades no contexto do Brasil, as quais sustentam a identificação da janela de oportunidade mencionada acima.

2. O CONTEXTO DAS TRANSIÇÕES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

Esta seção discute o atual momento de transição na ordem político-institucional⁶ em vários países, como consequência da crise do modelo anterior (ordem neoliberal), que gerou como principais externalidades negativas a ampliação significativa da degradação ambiental, que tem acelerado o processo de mudanças climáticas, e o aumento da desigualdade social dentro e entre os países, resultando muitas vezes um ambiente de descontentamento que é fértil para soluções políticas populistas.

2.1 Desafios Globais

Os diagnósticos sobre os desafios de médio e longo prazos da economia global são, genericamente, consensuais quanto à necessidade de conciliar crescimento econômico, com sustentabilidade ambiental e inclusão social, como resumido nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que constituem em um “apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade”.

A iniciativa Imagine Brasil adota a noção de prosperidade, ao invés de desenvolvimento econômico, conforme elaborada pelos recentes vencedores do prêmio Nobel, Daron Acemoglu, James Robinson e Simon Johnson⁷ em suas obras. Para eles, prosperidade resulta da interação entre progresso e instituições inclusivas. Progresso tem várias causas, principalmente a tecnologia, que definem as formas como são estruturadas a produção e o consumo, que, por seu lado, são afetados por instituições que, sendo resultados de decisões políticas, podem satisfazer aos interesses de uns poucos privilegiados (exclusivas) ou, ao contrário, estabelecer as bases para uma prosperidade ampla da população (inclusivas)⁸.

Este conceito se distingue do conceito usual de desenvolvimento econômico, que é impregnado pelo determinismo evolucionista, como proposto por W.W. Rostow⁹ e explorado por Kuznets¹⁰ (prêmio Nobel em 1971) em seus memoráveis estudos empíricos sobre a evolução da renda per capita e da desigualdade. Optamos por tomar emprestado dos autores institucionalistas a ideia de

⁶ Ver Fraser, Steve and Gerstle, Gary (1989). **The Rise and Fal of the New Deal Order, 1930-1980**. Princenton, NY: Princenton University Press e Gerstle, Gary (2022). **The Rise and Fall of the Neoliberal Order**. New York, NY: Oxford University Press. Para uma adaptação desse quadro de referência para a análise da evolução do planejamento governamental no Brasil, ver Paiva, Paulo e Martins, Umberto. (2023). **Do Plano de Metas às metas do Plano**. Belo Horizonte: Imagine Brasil/FDC, E-book.

⁷ Ver Acemoglu, Daron e Robinson, James A. (2012). op. cit. , [e] **The Narrow Corridor** (2019). New York: Penguin Press e Acemoglu, Daron e Johnson, Simon (2023). **Power and Progress**. New York: Public Affairs (BBS).

⁸ Ver North, Douglass (1991) “Institutions”. The Journal of Economic Perspectives, Vol.5 Nº (Winter, 1991), pp. 97-112 e Acemoglu, Daron and Robinson, James (2012), Op.Cit na nota 4.

⁹ Rostow, W.W. (1961) **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

¹⁰ Ver, por exemplo, Kuznets, Simon (1969) **Modern Economic Growth: rates, Structure, and Spread**. New Haven: Yale University Press,

prosperidade que reúne progresso com bem-estar coletivo, o que é consistente com a concepção de crescimento econômico com inclusão e sustentabilidade ambiental¹¹.

Os diagnósticos são consensuais nas aspirações. As ações para atingirem esses objetivos, dependem de um novo caminho para promover a prosperidade, que, por sua vez, depende de novas convergências políticas ou, na concepção de Gerstle, de uma nova Ordem Político-Institucional, entendida como um conjunto de ideias, políticas públicas e alianças políticas dominantes e determinantes para a formação política ideológica e moral de um determinado período. Analisando o contexto dos EUA, Gerstle concluiu seu mais recente livro¹² com o seguinte parágrafo:

“Uma ordem política deve ter a capacidade de moldar as ideias centrais da vida política. Deve ser capaz de fazer isso não apenas para os apoiadores mais fervorosos de um partido político, mas para pessoas localizadas em todo o espectro político. A ordem do New Deal vendeu a uma grande maioria dos americanos a proposição de que o Estado central forte poderia administrar uma economia capitalista dinâmica, mas perigosa, no interesse público. A ordem neoliberal persuadiu uma grande maioria dos americanos de que os mercados livres libertariam o capitalismo de controles estatais desnecessários e espalhariam prosperidade e liberdade pessoal por todas as fileiras dos americanos e, em seguida, por todo o mundo. Nenhuma dessas proposições hoje comanda o apoio ou a autoridade que possuíam antes. A desordem e a disfunção políticas reinam. O que vem a seguir é a questão mais importante que os Estados Unidos e o mundo enfrentam agora”.

Uma das constatações da análise de ordens político-institucional é de que o mundo está em mudança e, em consequência, as incertezas são maiores. Talvez uma certeza seria que não se voltará mais para a ordem político-institucional anterior. Um dos exemplos dessa visão é o recente livro de Brown, El-Erian e Spence (2023)¹³ e, em especial, a observação:

“O mundo está mudando diante de nós. E precisamos entender o significado das mudanças em andamento: primeiro, de um mundo unipolar para um multipolar; segundo, da hiperglobalização para uma globalização leve gerenciada; e terceiro, de uma era neoliberal em que a economia ditava a tomada de decisões políticas para uma era neonacionalista, em que a política e a segurança nacional agora ditam a tomada de decisões econômicas.

¹¹ Nessa nova concepção, desigualdade e crise ambiental não são consideradas apenas externalidades negativas, mas, são, também, oportunidades para se atingir a prosperidade. Há, com certeza, uma escolha ética.

¹² Ver Gerstle (2022), Op. Cit.

¹³ Brown, Gordon, El-Erian, Mohamed A e Spence, Michael (2023). **Permacrisis: A Plan to fix a Fractured World**. London: Simon& Schuster.

“Esta nova era requer uma mentalidade diferente, focada em encontrar maneiras inclusivas de aumentar o crescimento da produtividade. E a alternativa, como alguns previram, é um longo período de estagnação”.

Gordon, El-Erian e Spence também destacam a importância da segurança, que adviria de três pressupostos: garantia da segurança nacional, estabilidade macroeconômica e garantia do crescimento sustentado no longo prazo.

Enfim, o mundo está em mudança, quer em razão das tensões geopolíticas, das crises climática, econômica e política. Muitas são as incertezas no mundo que deverão afetar os caminhos que o Brasil percorrerá nas décadas vindouras.

2.2 Oportunidades Globais

Os desafios são enormes, quer se olhe as tendências da economia, quer se olhe as tendências da política. No entanto, as oportunidades são também grandes. Gordon, El-Erian e Spence¹⁴ (2023) destacam algumas mudanças que podem ser estímulos ao crescimento, no que eles chamam de “Tailwind to growth”. Destas, destacamos quatro:

1) O catch up das economias emergentes. Nas últimas quatro décadas a participação relativa das economias avançadas no PIB mundial reduziu-se de 60% para 40%, enquanto, em sentido contrário, a participação relativa das economias emergentes passou de, aproximadamente, 40% para 60%. As economias do leste asiático (China, Coreia do Sul, Vietnã, Singapura, Indonésia, etc.) e Índia puxaram o crescimento mais rápido das economias emergentes. Essa mudança extraordinária coloca em dúvida o pressuposto da análise cepalina, baseada na dicotomia centro-periferia, que já não representa mais os polos opostos das relações entre economias no mundo. Essas relações são mais complexas, mesmo quando se considera o domínio no campo das tecnologias. Alguns dos países que têm apresentado altas taxas de crescimento nos últimos anos são caracterizados por populações muito numerosas, o que nos permite antecipar uma crescente demanda por alimentos, da mesma maneira que ocorreu com o crescimento da China nas últimas décadas.

2) Processo de digitalização ou “The digitalization of everything”, que se refere à transformação multidimensional da digitalização. Mudanças no dia a dia das pessoas, nos padrões de trabalho (alterados profundamente durante a pandemia), na produção, no e-commerce, na educação, na saúde, enfim, em todas as atividades de trabalho e lazer. O processo de digitalização promove a redução de disparidades, por exemplo, entre os setores urbano e rural ou o acesso a oportunidades de trabalho, reduzindo barreiras de distância, informação ou mesmo renda. Tecnologia digital tem também o poder de estimular o aumento da produtividade. Enfim, digitalização pode ser aliada,

¹⁴ Op. Cit.

simultaneamente, do aumento da produtividade, essencial para o crescimento, e do crescimento inclusivo¹⁵.

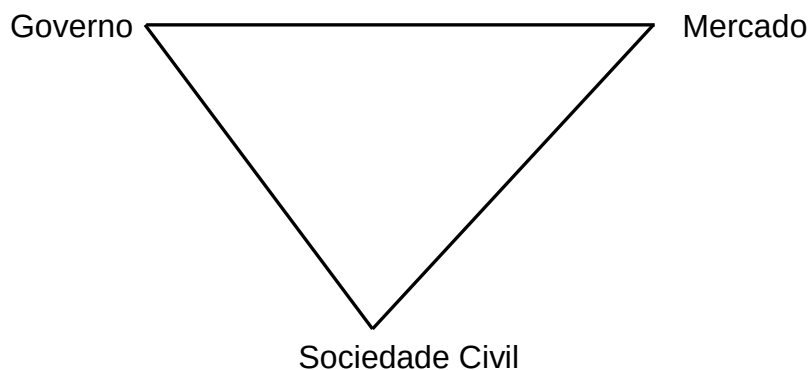
3) Transição energética. A terceira mudança seria usar adequadamente a oportunidade para fazer a transição energética. Conforme a anterior, é também um processo multidimensional, permitindo ao mundo construir um novo mix de oferta de energia, reduzindo o uso de energia fóssil e aumentando as fontes verdes e renováveis. Em um primeiro momento, esta transição requer um grande volume de investimentos no desenvolvimento e na adoção de fontes renováveis de energia, para possibilitar o alcance de ganhos de escala que possam reduzir os custos de operação e de novos investimentos. Isto indica a necessidade de uma abordagem induzida pelos governos, o que já tem ocorrido quando observamos as legislações recentes de diversos países e regiões do mundo relativas à transição energética.

4) Revolução científica. Os avanços dos conhecimentos científicos já em uso para a melhoria do bem-estar da humanidade não estão somente na digitalização. Ao contrário, avanços impressionantes estão contribuindo para o progresso, como as revoluções em biologia, biomedicina e ciências da vida. Exemplos são muitos, basta ver a rapidez da produção da vacina contra a COVID-19, a redução do custo do sequenciamento do DNA, a determinação da estrutura tridimensional da proteína, usando inteligência artificial, e o aumento na longevidade das pessoas. De outro lado, os autores citados acima não deixam de chamar a atenção para a necessidade da regulamentação no uso dessas inovações.

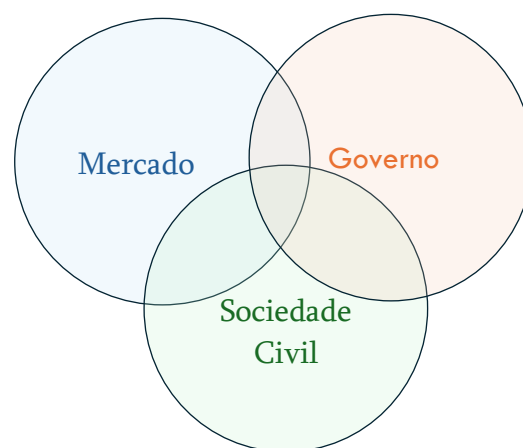
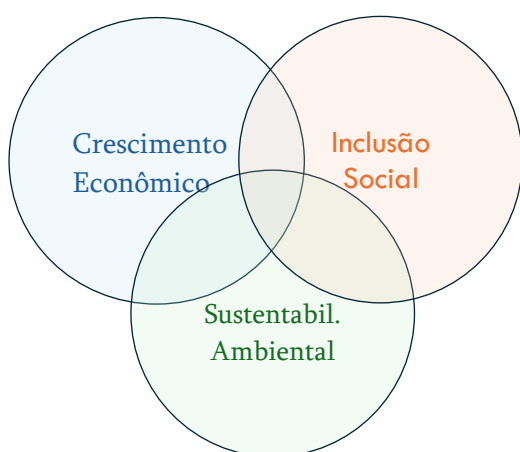
Por fim, nesse contexto de transições, considerando as novas tendências de participação crescente da sociedade nas discussões e demandas sobre as políticas públicas que se dão além de sua representação parlamentar, as experiências mostram que a bipolarização entre estado, de um lado, e mercado, de outro, não é suficiente para a construção de acordos ou consensos mínimos para orientar as decisões de política pública. Torna-se necessário, assim, considerar um modelo tripartite para a construção de consensos em torno de temas críticos à prosperidade. De uma maneira compatível com a concepção de uma nova Ordem Político-Institucional em ambiente democrático, segundo Bowles e Carlin¹⁶, o novo espaço para a formulação das políticas deveria considerar Governo, mercado e sociedade civil, conforme o diagrama abaixo:

¹⁵ Se por um lado, a inovação oferece oportunidades para inclusão, como apontam Banerjee, Abhijit V. e Duflo Esther. **Boa Economia para Tempos Difíceis**. Rio de Janeiro: Zahar, por outro lado, inovação também é fator de desigualdade, conforme argumentam Acemoglu, Daron e Johnson, Simon (2023) **Power and Progress**. New York: Public Affairs (BBS).

¹⁶ Bowles, Samuel and Carlin, Wendy. "Rethinking Economics. IMF. Finance and Development". Washington, DC. IMF, Spring, 2021. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/03/rethinking-economics-by-samuel-bowles-and-wendy-carlin.htm>. (Acesso em 13/2/2024.)



Tanto na tríade crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental quanto na tríade governo, mercado e sociedade civil encontramos **espaços de interseção** que apresentam dificuldades de **coordenação e governança**, que serão abordadas em um próximo texto, mas também **oportunidades de avanço** para uma nova ordem político institucional adequada para enfrentar os grandes desafios da sociedade.



3. O CONTEXTO BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

Esta seção discute as perspectivas do Brasil, considerando o contexto global descrito na seção anterior e suas questões particulares.

3.1 Desafios

Se o século XXI recebeu uma herança inigualável de progresso, conhecimento, conquistas científicas e tecnológicas, avanços nas comunicações, redução da mortalidade, ampliação da expectativa de vida e elevação da renda per capita; recebeu, também, (i) como resultado da primazia dos interesses individuais sobre os interesses coletivos, profunda concentração de riqueza e ampla desigualdade, dividindo, regiões, países e pessoas; (ii) em consequência da exploração sem limites da natureza, a crise climática, cujos impactos já estão presentes, evidenciando a inviabilidade do modelo atual de crescimento; e (iii) em diversos países, incluindo o Brasil, instituições extrativas, conforme apontam Acemoglu e Robison, em razão das condições de sua colonização, dos impactos dos períodos do Império e da República inacabada¹⁷.

Aqui, em particular, o capitalismo absorveu em sua dinâmica relações pré-capitalistas como exploração do trabalho em formas contemporâneas de escravidão, exploração predatória do garimpo e devastação das florestas, e práticas patrimonialistas, oriundas do período colonial, que sobrevivem nas relações de poder, principalmente na esfera do Estado. Pode-se afirmar que o Estado brasileiro tem sido capturado por interesses privados, quer patrimonialistas, quer corporativistas, quer, ainda, econômicos, políticos e individuais. O Estado, que promoveu o rápido crescimento da renda per capita e do nível de bem-estar geral, não perdeu de forma significativa características predatórias, ineficazes, custosas e injustas.

A busca do progresso deve considerar, de um lado, tendências inexoráveis que demarcam contornos para a definição de políticas públicas como o baixo crescimento demográfico, o envelhecimento da população e a revolução digital, com seus impactos nos processos de produção e de comercialização e na rotina diária das pessoas; de outro lado, os desafios que precisam ser enfrentados, como a estagnação econômica e a armadilha da renda média, a inaceitável desigualdade de renda e a crise climática.

A Cepal¹⁸ observou que a América Latina, incluindo o Brasil, enfrenta três crises estruturais que estão entrelaçadas: de instabilidade e baixo crescimento, de desigualdade econômica e desequilíbrio ambiental, que ameaça e destrói os sistemas naturais que sustentam a vida no planeta.

¹⁷ Ver Edmar Bacha, Joaquim Falcão, José Murilo de Carvalho, Marcelo Fernandes Trindade, Pedro Malan e Simon Schwartzman (orgs.) 2019. 130 anos: em busca da República. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, IEPE Casa das Garças. Neste livro os autores analisam diferentes aspectos da formação republicana no Brasil e, inspirados em Raimundo Faoro (A República Inacabada. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007), mostram que democracia e república não têm o mesmo significado, pois “o ideal republicano deve incorporar a virtude cívica dos cidadãos” (Pedro Malan).

¹⁸ ECLAC. “Building a New Future: Transformative Recovery with Equality and Sustainability”. Santiago, Chile: Thirty-eight session of ECLAC/United Nations. 2020.

Acrescenta-se a essas observações um estudo recente¹⁹ do Group of Thirty, que analisa as razões pelas quais a América Latina tem baixo desempenho econômico. Em relação ao Brasil, enfatizando o baixo crescimento das últimas quatro décadas e elencando várias possíveis explicações que poderiam ser catalogadas sobre o rótulo “custo Brasil”, o relatório aponta:

“Mas um problema abrangente parece ser provavelmente a restrição mais vinculativa que impede o crescimento, e esse problema são os déficits orçamentais endêmicos, associados a baixas poupanças nacionais e a taxas de juros reais invulgarmente elevadas”

Além do desequilíbrio fiscal, poderíamos adicionar a estagnação da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores. Desequilíbrio macroeconômico e estagnação da produtividade precisam ser levados em consideração como restrições em qualquer estratégia que queria buscar o crescimento com inclusão e sustentabilidade no Brasil.

3.2 Oportunidades

Ainda que o Brasil apresente tantos desafios estruturais para caminhar na direção de uma prosperidade sustentável e inclusiva, o contexto global parece apresentar oportunidades para o país. Fatores mencionados neste documento, como o esgotamento da ordem político-institucional anterior, o momento de rearranjo geopolítico global baseado nas questões de segurança nacional e a premência de descarbonização das cadeias produtivas diante da crise climática, valorizam atributos que o Brasil possui como vantagens comparativas em relação a outros países.

Neste sentido, o Brasil pode se posicionar como um dos países mais bem dotados para ajudar o mundo a enfrentar os desafios da descarbonização e da segurança alimentar. Os recursos naturais (água, minerais críticos para a transição energética, biodiversidade e florestas) e os resultados de investimentos já realizados (energia hidráulica, biocombustíveis, setor agrícola altamente produtivo), permitem a adoção de processos produtivos com baixas emissões de carbono. Além disso, a recuperação de áreas degradadas permite a regeneração de nascentes e a captura de carbono por meio de novas florestas. Tudo isto facilita a atração de investimentos estrangeiros, particularmente em setores intensivos em energia e no uso da água, e com objetivos globais de descarbonização.

Partindo dessas constatações, identificamos o momento atual como uma janela de oportunidade para escolhas e ações na direção de uma prosperidade sustentável e inclusiva do país.

Como isso pode ser feito? Em linhas gerais, é necessária uma série de escolhas e ações coordenadas entre os setores privado, público e organizações da sociedade civil.

¹⁹ G 30 (Group of Thirty). “Why Does Latin America Underperform?”. Washington, DC – G30 working Group on Latin America. 2023.

O Banco Mundial²⁰ constata que a experiência dos países que saíram da armadilha da renda média nas últimas décadas mostra que todos eles sofisticaram a sua estrutura econômica, produzindo serviços e produtos com crescente valor agregado e que são capazes de competir no mercado internacional. Para serem capazes de trilharem esse caminho, esses países tiveram que investir de forma eficaz na qualificação do capital humano e na introdução crescente de tecnologias de produção mais eficientes que, em um primeiro momento, foram trazidas dos países mais avançados economicamente. Ao longo do tempo, esses investimentos resultaram no aumento da produtividade dessas economias, bem como no aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados e consequente aumento da mobilidade social. Esta, portanto, é uma referência relevante para o crescimento econômico desejado para o Brasil.

Além disso, o contexto global evidencia que o desenvolvimento e as relações entre os países serão crescentemente pautados pelo enfrentamento das mudanças climáticas. O Boston Consulting Group estima que as perdas mundiais de PIB per capita neste século devido às mudanças climáticas podem variar de 8 a 30%, dependendo do grau de aumento da temperatura²¹. Em um artigo recente, Bilal e Känzig (2024)²² estimam que para um grau Celsius de aumento da temperatura global há uma queda de 12% no PIB mundial. Diante desse risco, diversos países e regiões do mundo têm proposto e aprovado estratégias para combater as mudanças climáticas que, de forma geral, estabelecem parâmetros tanto para os investimentos quanto para o comércio desses países nas próximas décadas²³.

Esta também é uma referência relevante na escolha da direção do crescimento econômico desejado para o Brasil. Consideramos que o crescimento deve, necessariamente, contribuir no enfrentamento das mudanças climáticas, o que, de um lado, traz maior complexidade na definição de incentivos, na regulação e nas considerações sobre investimentos que resultem em crescimento. De outro lado, pode nos indicar uma prioridade inicial de incentivos para os setores onde o Brasil possui vantagens comparativas, no que concerne às necessidades de descarbonização das cadeias produtivas.

Como boa parte das vantagens comparativas do Brasil advém dos seus recursos naturais e vários deles são renováveis, a preservação e regeneração ambiental fazem sentido econômico quando avaliadas no longo prazo, na perspectiva de geração de riqueza para as gerações atuais e futuras. Na concepção da iniciativa Imagine Brasil, isto é benéfico tanto para o setor privado quanto para a sociedade brasileira de forma geral.

²⁰ World Bank. 2024. Op. cit.

²¹ Brazil Climate Report 2024. Boston Consulting Group, 2024. Acessível em <https://www.bcg.com/publications/2024/brazil-climate-report-2024-seizing-brazils-climate-potential-nyc>

²² Bilal, Adrien & Känzig, Diego Raoul. The Macroeconomic Impact of Climate Change: Global vs Local Temperature. NBER working papers 32450, National Bureau of Economic Research, 2024. Acessível em <https://www.nber.org/papers/w32450>

²³ Como referência, ver o Inflation Reduction Act e o Clean Competition Act dos EUA em 2022; a National Strategy for Climate Adaptation da China, atualizada em 2022; o Green Deal e o Carbon Border Adjustment Mechanism da Comunidade Europeia; a Green Transformation (GX) do Japão e o Plano de Transformação Ecológica do Brasil, todos esses em 2023.

No caso das riquezas minerais não renováveis, como dos minerais críticos para a transição energética, além dos esforços para uma exploração que considere políticas de redução de emissões, é importante a intencionalidade na política industrial para privilegiar a agregação de valor no Brasil, evitando a exportação destes recursos como *commodities*.

Para que o país se insira produtivamente nos processos de descarbonização de cadeias produtivas internacionais, será necessário atrair investimentos externos em grande volume. Aqui também a conjunção das vantagens comparativas do Brasil com aspectos da nossa história nos favorece. A América Latina é uma região caracterizada por poucos conflitos armados de grandes proporções. O Brasil não participa de uma guerra próxima ao seu território por mais de 150 anos. Diante dos riscos geopolíticos atuais, esta é mais uma vantagem da América Latina e do Brasil.

Algumas evidências recentes parecem reforçar o argumento a favor das vantagens comparativas do Brasil em atividades econômicas que buscam a descarbonização. O World Investment Report 2024²⁴ mostra que os investimentos diretos estrangeiros na América Latina caíram 1% entre 2022 e 2023, assim como o número de anúncios de financiamento de projetos internacionais e investimentos *greenfield*. Entretanto, o valor destes últimos aumentou, devido a grandes projetos em setores de *commodities* e minerais essenciais, bem como em energia renovável. Dos dez maiores projetos anunciados para a região, quatro são dedicados à produção de hidrogênio verde e amônia verde. Espera-se que esses investimentos gerem cerca de 300 mil empregos na América Latina. O Brasil continua a ser o maior receptor de investimentos diretos estrangeiros na região. O país necessita intensificar a atração desses investimentos, mas, ao mesmo tempo, necessita também criar condições e incentivos para que os processos produtivos realizados no país tenham crescente valor agregado. Isso é fundamental para a sofisticação da estrutura da economia do país, bem como exige, em consequência desta intenção, a necessidade de qualificação de capital humano e de facilitação da infusão de tecnologias de produção mais avançadas.

A iniciativa Imagine Brasil, avalia que, a partir dos contextos global e brasileiro descritos acima, existem oportunidades objetivas para o país alavancar o crescimento econômico, sustentado pelas vantagens comparativas advindas das demandas da transição energética. Entretanto, **tal crescimento só resultará em uma prosperidade sustentável e inclusiva se for orientado pelas intencionalidades de enfrentamento das mudanças climáticas e de sofisticação da estrutura econômica do país.** Em outras palavras, o Brasil poderá experimentar períodos de crescimento econômico a partir do aproveitamento das oportunidades advindas com a transição energética, mas isso somente não garante a sustentabilidade do crescimento, o enfrentamento da agenda climática e a inclusão social. O país pode ter uma inserção não soberana no novo contexto de economia e da política global. Reforçamos a necessidade de dar primazia à nossa capacidade, como país, de escolha e de agência na definição e nas ações sobre as prioridades para a prosperidade. Vale dizer construir acordos suprapartidários, envolvendo governo, mercado e sociedade civil para garantir transformar as instituições principais que afetam as decisões políticas e econômicas. Enfim, construir uma nova ordem político-institucional que mobilize o país.

²⁴ World Investment Report: Investment facilitation and digital government. UNCTAD, 2024.

Os desafios apresentados pela realidade brasileira não se resolvem pelo simples desejo de se aproveitar as oportunidades. As escolhas das oportunidades devem considerar o seu alinhamento com os objetivos finais e a sua factibilidade. Por outro lado, por maiores que sejam, não devem ofuscar a percepção de que não só é possível enfrentá-los, mas que a conjunção entre um objetivo – prosperidade sustentável e inclusiva – e uma oportunidade pode auxiliar na coordenação de esforços para sua superação. A articulação de lideranças de mercado, da sociedade civil e do setor público, é fundamental para o aproveitamento dessas oportunidades e é um dos pontos centrais dos esforços da iniciativa.

A constatação de que vivemos um momento de transição da ordem político-institucional em diversos países nos auxilia a entender que o caminho para a prosperidade sustentável e inclusiva também passa por momentos de transição. Nas diversas dimensões de trabalho da iniciativa Imagine Brasil buscamos coordenar atividades com foco no curto prazo, para superar desafios imediatos, com uma orientação de médio / longo prazo, que aponte para como cada uma dessas dimensões pode contribuir para o aproveitamento das oportunidades mencionadas acima, integrando crescimento econômico, preservação / regeneração ambiental e a inclusão e mobilidade social.

A figura abaixo apresenta o quadro referencial adotado na iniciativa Imagine Brasil. Ele é baseado no modelo de “performance-feedback”, proposto por March e Simon²⁵ como uma referência de mudança para as organizações e que avaliamos poder ser adaptado para o país. Em linhas gerais, as evidências mostram que as organizações reagem ao feedback sobre o seu desempenho (performance). Se elas percebem que a sua performance atual não as levará à sua aspiração, elas optam por tentar mudar a performance.

²⁵ Ver March, J. and Simon, H. Organizations. New York: John Wiley, 1958.

Quadro referencial



No caso do Brasil, temos a aspiração de alcançar uma prosperidade sustentável e inclusiva, isto é o aumento significativo do bem-estar da população brasileira, a partir de um crescimento econômico que intencional e simultaneamente colabore no enfrentamento às mudanças climáticas e implique na sofisticação da estrutura econômica do país, demandando investimentos em infusão e inovação tecnológica, bem como uma crescente qualificação do capital humano. Reconhecendo que as pessoas não partem do mesmo lugar, a equidade é ponto fundamental para o alcance dessa aspiração.

Essa aspiração pode ser considerada como uma espécie de visão para a sociedade brasileira, orientando as escolhas e as ações do setor público e da sociedade civil, bem como a criação de incentivos alinhados à essa visão, para orientar as escolhas e ações do setor privado. Cada um desses setores tem papéis diferentes no alcance dessa aspiração para o país, de acordo com os seus objetivos, mas que devem ser coordenados. Um grande desafio é a governança na integração dos projetos / investimentos com vistas à consecução dos objetivos de longo prazo. Para tanto, torna-se necessário considerar as transições e identificar oportunidades e factibilidades para as escolhas dos projetos / investimentos a serem priorizados ao longo do tempo. Escolhas de curto prazo devem estar subordinadas aos objetivos de longo prazo.

A partir dos argumentos apresentados até aqui, cada uma das quatro dimensões de performance da iniciativa Imagine Brasil (ver quadro referencial acima) irá delinear suas escolhas de atuação no médio prazo. As ações já em curso deverão ter continuidade, buscando o alcance dos objetivos já definidos.